Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas

Exms. Srs. Deputados
Comissão da Agricultura e do Mar
Assembleia da República

Évora, 12 de Junho de 2014

O Programa de Desenvolvimento Rural para o quinquénio 2015-2020 define, e muito bem, o aumento da eficiência do uso dos factores como estratégia básica do aumento da sustentabilidade económica e ambiental da agricultura portuguesa. No entanto, este desígnio só será possível de atingir com uma visão estratégica de médio prazo e uma alteração profunda das tecnologias de produção, alicerçada em sólidas bases científicas. Será preciso trabalhar muito e bem, pois a baixa eficiência de uso de factores pela agricultura portuguesa (que se deteriorou desde a nossa entrada na comunidade europeia) passa muito pelo estado de degradação dos nossos solos. Assim, parece-nos crucial e indissociável do novo PDR, a política científica e tecnológica do sector. Embora aceitando que exista uma política global para a ciência e tecnologia, parece-nos, no entanto, imprescindível a sua adaptação à realidade dos diferentes sectores.

No caso particular do sector agrário são muitas as especificidades a ter em conta no que respeita à concepção de uma política científica e tecnológica. Em primeiro lugar o desenvolvimento económico do sector é fraco, com um grau de formação da maioria dos empresários muito baixo. A maior parte destes não tem formação técnica, sendo a sua aprendizagem feita na base da transmissão de conhecimentos entre as gerações. Este facto conduz a uma fraca racionalização técnica e científica do processo produtivo. Para além desta dificuldade, a transferência de conhecimento técnico/científico, particularmente consubstanciado num pacote tecnológico é muito difícil neste sector, dada a grande dependência entre a tecnologia e o ambiente o qual, para além de muito variável no território nacional, constitui uma raridade a nível mundial. Finalmente, o sector não é composto por empresas de dimensão suficiente, para que possam as próprias empresas suportar a investigação necessária – ao contrário do que acontece noutros sectores.

Parece-nos assim evidente que Portugal disponha de estruturas de investigação agrária aplicada e que estas estejam descentralizadas nas diferentes regiões ecológicas do país. É que o grande laboratório da investigação aplicada é o campo e a condução deste tipo de investigação exige a presença constante do investigador no seu **local de trabalho**. Se analisarmos as estruturas capazes de realizar esta tarefa em Portugal, fácil se torna concluir que apenas as universidades, ou as unidades de investigação a elas associados, a poderão empreender. O INIAV, sedeada em Oeiras, não poderá nunca cumprir esta tarefa.

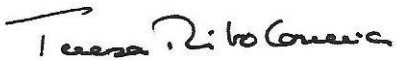
A investigação científica assenta em três grandes vectores cujo desenvolvimento (e portanto o financiamento) tem de estar coordenado, sendo que a avaliação das suas necessidades e desempenho tem de estar enquadrada nos objectivos que se lhe atribuem, ou seja, na política científica definida para o sector. Os vectores em causa são os recursos humanos, as infra estruturas laboratoriais e os programas de investigação que suportam o financiamento dos projectos.

No caso das unidades de investigação ligadas às universidades, o financiamento dos recursos humanos e das infra estruturas, assim como a sua avaliação de desempenho, dependem do MCES através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). E este financiamento depende do resultado da avaliação das unidades, que é feita por painéis internacionais, sem nenhuma noção da problemática do sector agrário em Portugal e segundo critérios que valorizam resultados científicos internacionais (publicações), muito mais que quaisquer outros. No caso da agricultura, esta avaliação tem sido eficaz no aumento do desempenho e internacionalização da ciência portuguesa, mas frequentemente contraditória ao desenvolvimento da investigação directamente vocacionada para apoio ao desenvolvimento do sector.

Sendo um axioma a indispensabilidade de uma eficaz investigação aplicada no sector agrário em Portugal e que, no actual quadro das competências instaladas no país, caberá às universidades um papel muito importante a este respeito, julgamos imprescindível uma reflexão conjunta de todos os intervenientes (MCES, MAM, universidades, agentes económicos e decisores políticos) na definição das prioridades para a ciência, investigação aplicada, tecnologia e transferência de conhecimentos e que esta realidade seja transporta para os critérios de avaliação do desempenho e do financiamento.

É com este propósito que solicitamos uma audiência à Comissão da Agricultura e do Mar. Vimos ainda solicitar que esta seja com a máxima brevidade possível, uma vez que muitas decisões relativas ao financiamento da investigação em Portugal, para o período 2015-2020, e nomeadamente com implicações na investigação em agricultura e nos ecosistemas associados, estão a ser tomadas agora.

Com os melhores cumprimentos



Teresa Pinto Correia
Directora
ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas
Universidade de Évora
icaam@uevora.pt
Tel. 266 760 885